

# PETIÇÃO INICIAL DE PROTEÇÃO INTEGRAL (PI)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE \_\_\_\_\_

REQUERENTE: \_\_\_\_\_

NOME DO MENOR: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

REQUERIDO (RESPONSÁVEL): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

## I – DOS FATOS

1. O menor acima qualificado encontra-se em situação que requer a intervenção do Estado para garantir sua proteção integral, conforme previsto no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

---

---

---

**2. Descrição detalhada da situação fática que enseja a proteção integral, incluindo eventuais abusos, negligência, violência, abandono ou outras circunstâncias que coloquem em risco a integridade física, psíquica ou moral do menor:**

---

---

---

## II – DO DIREITO

3. A Constituição Federal assegura no art. 227 o direito à proteção integral, saúde, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes.

4. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) detalha os direitos e garantias

fundamentais, dispondo sobre o dever do Estado, da família e da sociedade na proteção da criança e do adolescente.

5. Conforme art. 98 do ECA, o Ministério Público e o Conselho Tutelar devem ser acionados para garantir a fiscalização e a proteção dos direitos do menor.

### III – DOS PEDIDOS

**Diante dos fatos e fundamentos expostos, requer:**

**1. A concessão da medida protetiva adequada, conforme previsto no art. 101 do ECA, tais como:**

- Inclusão em programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- Encaminhamento a tratamento médico, psicológico ou pedagógico;
- Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- Colocação em família substituta;
- Outras medidas cabíveis para garantir a proteção integral;

2. A citação do requerido para que tome ciência da presente ação e possa exercer seu direito de defesa;

3. A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito, conforme art. 201 do ECA;

4. A designação de audiência para oitiva das partes e demais providências necessárias;

5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da lei, caso cabível;

6. A condenação do requerido nas custas processuais e demais cominações legais.

### IV – DAS PROVAS

**Protesta-se por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente:**

- **Prova documental;**
- **Prova testemunhal;**
- **Perícia psicológica e social;**
- **Demais provas que se fizerem necessárias para o pleno esclarecimento dos fatos.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local e data

---

Advogado(a)

OAB/\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/pi/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.